

LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA NO CONTEXTO DA LEI Nº 10.639/2003: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES E DISCUSSÕES PARA ANÁLISE DE MATERIAIS DIDÁTICOS E OS RESULTADOS PÓS-LEI*

Paula Ricelle de Oliveira**

André Ricardo Barbosa Duarte***

Resumo: O presente trabalho pretende analisar em seis livros didáticos do Ensino Fundamental como é compendiada a história da cultura dos negros no Brasil com o objetivo de apresentar elementos iniciais para futuras discussões acerca da implementação do ensino de história e cultura afrodescendente no âmbito da educação básica escolar nos termos da lei nº 10.639/2003. Nesse sentido, vale destacar que o livro didático tem sido, desde meados do século XIX, um dos principais instrumentos de trabalho do professor na sala de aula e sua difusão e uso torna-se mais efetivo a partir da outorga de distribuição gratuita através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do governo federal. Portanto, no escopo desse artigo, é apresentado e considerado que os livros didáticos adotados pelos professores passem por periódicas análises e atualizações. Dessa forma, o objetivo do estudo é apresentar uma análise comparativa da história e da cultura dos afrodescendentes nos livros didáticos brasileiros, antes e depois da lei nº 10.639/2003, descrevendo como é abordado o tema no Ensino Fundamental, revelando a participação e a contribuição da raça negra na construção da memória e identidade brasileiras. Neste estudo, os livros selecionados são aqueles listados no “Guia do PNLD” e seus conteúdos são avaliados a partir de uma revisão bibliográfica que aborda o livro didático como um objeto cultural.

Palavras-chave: Afrodescendentes. Livro didático. Cultura.

Os livros didáticos não são apenas instrumentos pedagógicos: são também produtos de grupos sociais que procuram, por intermédio deles, perpetuar suas identidades, seus valores, suas tradições, suas culturas.

Alain Choppin

1 Introdução

A construção e a aplicação das ações afirmativas¹ para ressarcir os descendentes africanos dos

* Texto apresentado originalmente no III Pensando Áfricas e suas Diásporas e I Primeiro Encontro de Antropologia e Educação, realizado pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal de Ouro Preto na cidade de Mariana/MG de 26 a 28 de setembro de 2012.

** Mestranda em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG (Bolsista CAPES). Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas. E-mail: paularicelle@yahoo.com.br.

*** Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Minas Gerais. Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Professor de Educação Básica da rede Municipal de Contagem/MG. E-mail: historiador.arb@ig.com.br.

¹ Nesse trabalho, Ações Afirmativas são entendidas como ações políticas institucionais nas diversas áreas: educação, saúde, segurança pública entre outras, (não restritas à ação estatal), que visam reverter a histórica situação de desigualdade e

danos psicológicos, econômicos, sociais, políticos e educacionais herdados do regime escravista foram consolidadas durante toda a primeira década do século XXI no Brasil e têm, pouco a pouco, cumprido sua função reivindicatória e social de reduzir as desigualdades historicamente impostas. Esse aspecto está presente na lei nº 9.394/1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que determina que o “[...] ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia” (Capítulo II, Seção I, Art. 26, § 4º).

Como um desdobramento legal da LDB e fruto das lutas dos Movimentos Sociais Negros – que incluíram de forma bastante contundente a questão racial na agenda política brasileira, sobretudo a partir das mobilizações observadas desde a década de 70² –, em 9 de janeiro de 2003 é sancionada a lei nº 10.639 cujo texto estabelece, em seu artigo 26, que os currículos formais das escolas públicas e privadas deverão obrigatoriamente contemplar o ensino sobre a História e a Cultura Afro-Brasileira. Nesses termos, o conteúdo programático deverá incluir

[...] o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil. (§ 1º, art. 26, lei nº 10.639/2003)

A lei nº 10.639/2003, alterada pela lei 11.645/2008³, é um marco legal importante na elaboração das políticas públicas educacionais, pois contribui na construção de relações étnico-raciais salutares por meio da valorização da história da população negra em nosso país.

Dessa forma, pode-se considerar que a inclusão da temática de história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares se dá no sentido de ampliar a discussão da diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira e suas contribuições na constituição da memória e da identidade coletiva da pátria-nação (MIR, 2004). É o esforço para a desconstrução da história tradicional de constituição da

discriminação a que estão submetidos determinados grupos sociais, entre eles, negros/as, indígenas, mulheres, homossexuais. Dentre os principais objetivos das ações afirmativas estão àqueles voltados à garantia da diversidade/pluralidade étnica, social, cultural e também a representatividade dos grupos historicamente discriminados, nos diversos setores da sociedade (CARVALHO, 2006).

² Na tese de doutorado de Santos (2007), há uma excelente reconstrução histórica das conquistas alcançadas pelos Movimentos Sociais Negros. O pesquisador-autor faz uma distinção desse movimento reivindicatório em dois momentos históricos: durante a escravidão e pós-escravidão. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2695>. Acesso em: 10 maio 2013.

³ No ano de 2008, foi sancionada a Lei 11.645/2008 que ratifica a omissão em relação aos indígenas, observada nos marcos jurídicos anteriores. A Lei torna obrigatório no ensino fundamental e médio, nas escolas brasileiras públicas e particulares, o estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.

sociedade brasileira, alicerçada no mito da democracia das raças, que potencialmente serviu para edificar um Estado etnicista.

O conceito de pátria e não nação multiétnica e multicultural serviu como arma ideológica do Estado pós-independência para proteger a população indo-europeia e a sua cultura da classificação de inferiores e não impedir a reivindicação de *status* de nação poderosa. Esse pensamento autoritário, eticamente extremista, estava travestido de alocação progressista nos ideais liberais e positivistas de determinados círculos independentistas, pré e pós-independência. Ocultava um poder dominante étnico e escravocrata tão ou mais opressivo que o colonial, e reprimiu as diferenças e oposições em nome da identidade, da união e da prosperidade nacionais. (MIR, 2004, p. 67).

Essa “cultura de classificação de inferiores”⁴ (MIR, 2004, p. 67) fez com que a escravidão prevalecesse pós-independência – se tornando a herança forte da matriz cultural europeia no Brasil – e atrasou um possível debate nacional sobre a implementação do multiculturalismo no sistema educacional (CARVALHO, 2006).

Nesses termos e contexto historicamente construídos, sabe-se que, para a aplicação da lei nº 10.639/2003, é preciso retificar o ensino sobre os contributos e papel dos afrodescendentes⁵ na história do Brasil, sobretudo reestruturando os currículos formais dos estabelecimentos escolares e a formação dos profissionais da educação dentro desta temática.

Nesse sentido, vale destacar a importância que o livro didático tem recebido, desde meados do século XIX, como principal instrumento de trabalho do professor na sala de aula e, por reiteradas situações, como único acesso à leitura para os alunos. Esse aspecto pode ser considerado, principalmente, pela obrigatoriedade da distribuição gratuita sobre a responsabilidade do Governo Federal a partir de 1994 através do PNLD⁶ (Programa Nacional do Livro Didático). Na medida em que os livros didáticos são utilizados, pode-se notar que desempenham um papel significativo na formação ideológica e cultural dos grupos (BITTENCOURT, 1993).

⁴ Mir (2004) explica e trabalha esse conceito na perspectiva da superioridade das raças observada nas ideologias fascistas. O autor expõe que no desenvolvimento do Estado e da sociedade no Brasil houve a supremacia da etnia indo-europeia sobre as demais. Os africanos escravizados e índios foram duplamente oprimidos: primeiro como grupos étnicos e segundo como cidadãos.

⁵ Do ponto de vista conceitual optou-se em utilizar “afrodescendente” denominação adotada por Junior (2010), que defende que esse termo possibilita a associação e construção do conhecimento levando em consideração o passado e a história africana. Desta maneira, torna-se, viável relacionar o passado africano (em todos os seus aspectos culturais) com a história do Brasil.

⁶ O decreto nº 91.542 de 01/08/1985 criou o Programa Nacional do Livro didático (PNLD), que, entre outras medidas, estabelece o fluxo regular de recursos para a aquisição e distribuição de livros didáticos em todo o país.

A escolha pelo livro didático como objeto dessa pesquisa se dá pela proporção que ocupa esse material na educação escolar e pelo fato de ser o principal instrumento de trabalho, senão o único utilizado pelos professores e alunos no processo educativo (COSTA, 1999; SOUZA, 2001). Desse modo, entende-se aqui o livro didático como um objeto cultural de difícil definição e de “múltiplas facetas” que se caracterizam pela influência de vários indivíduos em sua produção, circulação e consumo, podendo assumir funções distintas (BITTENCOURT, 2004). Ele é produzido por grupos sociais que, intencionalmente ou não, perpassam sua forma de pensar e agir, portanto, suas identidades culturais e tradições.

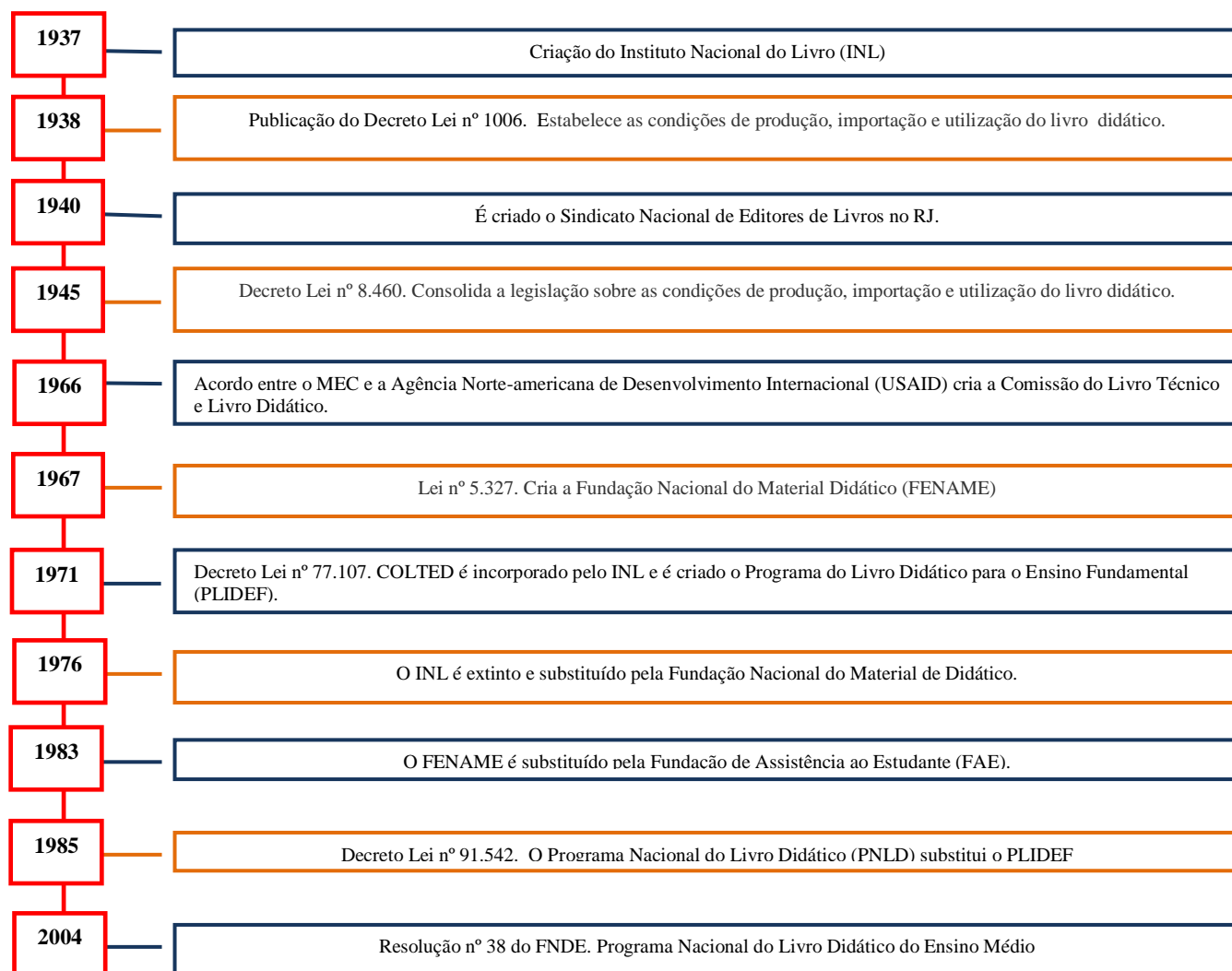
Esse material educativo funciona como um mediador entre a proposta oficial dos governos, expressa nos programas curriculares, e o sujeito em formação (BITTENCOURT, 2008). Assim sendo, os autores tentam passar as informações numa linguagem mais acessível ao leitor. Contudo, é necessário considerar que, nessa transição, esse material pode influenciar na formação de uma compreensão e de conhecimentos imbuídos de valores que descaracterizam ou impõem uma leitura míope sobre a construção histórico-cultural da nação.

2 Breve histórico do livro didático no Brasil

Objeto de críticas e pauta de muitas discussões, o livro didático é considerado como um dos instrumentos propagadores do ensino tradicional e conservador. Porém, esses materiais são importantes elementos na difusão da cultura e memória visual, mediação na construção do conhecimento e, ainda, em alguns casos, podem ser os primeiros senão os únicos livros que entram em boa parte dos lares brasileiros (FREITAS; RODRIGUES, 2012).

Dessa forma, nos últimos anos, esses materiais passam a ser objeto de intensas pesquisas e avaliações em virtude da importância dos mesmos no processo de ensino-aprendizagem. No Brasil, esses instrumentos passam a ser foco das políticas públicas dos governos a partir da década de 30. Os marcos regulatórios legais e institucionais, acerca do uso e da difusão do livro didático esclarece a relevância das pesquisas sobre esses objetos e sua evolução e centralidade dentro das políticas públicas educacionais (Figura 1).

Figura 1 – Produção e difusão do Livro Didático: marcos regulatórios e institucionais



Fonte: Elaboração dos autores.

As grandes mudanças sociais, políticas e econômicas da década de 1930 no Brasil influenciaram e modernizaram o livro didático e também a sua denominação, conforme aponta Witzel (2002, p. 11), “Foi nessa época, pois, que se consagrou o termo ‘livro didático’ entendido até os dias de hoje como sendo, basicamente, o livro adotado na escola, destinado ao ensino, cuja proposta deve obedecer aos programas curriculares escolares”.

A definição desse termo se deu pela primeira vez no Decreto-Lei nº 1.006 de 30 de dezembro de 1938 em seu artigo 2º, de acordo com Oliveira (1984, p. 22)

Compêndios são os livros que expõem total ou parcialmente a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares [...] livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula; tais livros também são chamados de livro-texto, compêndio escolar, livro escolar, livro de classe, manual, livro didático. (p. 22)

Com a finalidade de regulamentar uma política nacional do livro didático, esse mesmo decreto criou a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) assinalando, assim, a primeira política pública educacional no que diz respeito ao uso e difusão desses compêndios. Cabia à tal comissão, dentre outras responsabilidades, examinar, avaliar e julgar os livros, concedendo ou não permissão para o seu uso nas escolas. É importante lembrar que a CNLD foi criada no período do Estado Novo, isto é, em um momento político autoritário, bastante marcante e polêmico, que buscava garantir, sobretudo, a Unidade/Identidade Nacional (WITZEL, 2002). Era tarefa da CNLD controlar a adoção dos livros, assegurando que os mesmos atendessem aos propósitos do Estado, o que fez com que os critérios para as avaliações valorizassem muito mais aspectos político-ideológicos do que pedagógicos. Essa característica perdurou nas décadas de 1940 e 1950, tendo em vista a longevidade política, ideológica e social do Estado Novo getulista.

Em 1961, com a promulgação da lei nº 4.024, de 20 dezembro (primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), os conteúdos tornaram-se mais flexíveis, contesta-se a “memorização”, que de acordo com Bittencourt (2003) esse seria o momento de “[...] uma certa influência dos denominados ‘métodos ativos’, que combatiam o excesso de “memorização” de nomes e datas, a popular ‘decoreba” (p. 53). Um exemplo dessa nova tendência é o livro “Brasil, uma história dinâmica”, de Ilmar de Mattos, José Luis Werneck e Ella Dottori. Outra obra importante foi a coleção organizada pelo historiador Sérgio Buarque de Hollanda, abarcando a história do Brasil e Geral, que rompeu com os esquemas de memorização, valorizando a história da cultura e os documentos iconográficos sobre o país.

Com o crescimento do número de alunos e a criação de novas editoras especializadas nas décadas de 1960 e 1970, houve um aumento na produção de livros didáticos. As novas formas de expressão veiculadas pelos modernos meios de comunicação – nesse momento a televisão – influenciaram na apresentação e linguagem dos livros, questionando os métodos tradicionais. Acoplada com essas mudanças, a relação dos professores com os livros didáticos também mudou. Se antes o professor tinha

mais autonomia em relação ao uso do livro, pois a formação docente deveria capacitá-lo integralmente, na nova realidade educacional, os professores, especialmente aqueles cuja formação era nos cursos rápidos (Licenciatura Curta), passaram a depender cada vez mais desses instrumentos. Para cativar os jovens leitores habituados com o mundo das imagens e sons, os livros passaram a apresentar ilustrações em abundância, jogos de memorização e a adotarem cada vez mais os exercícios de múltipla escolha.

Na etapa do colegial⁷, a inserção dos cursos profissionalizantes acabou reduzindo as aulas de história e deixando os conteúdos indefinidos. Dessa maneira, “[...] os livros passaram a seguir os programas dos vestibulares e eram em sua maioria, destinados aos alunos das escolas particulares” (BITTENCOURT, 2003, p. 54).

Com inúmeras críticas à produção dessa época, os autores e editores buscaram saídas para manter a qualidade. O aumento dos cursos de pós-graduação, na década de 1970, ajudou a renovar os estudos historiográficos, trazendo novos temas e abordagens. Além disso, há uma profissionalização mais intensa dos autores, que são atraídos pelos rendimentos decorrentes das grandes vendas de livros.

Nos primeiros anos da década de 80, os pesquisadores vieram a dar uma menor atenção a esse objeto cultural. Tal desinteresse pode ser justificado pelo pequeno espaço que o livro didático passou a ocupar no mercado editorial nesse momento.

Contudo, após a instituição do PNLD (em 1985), os livros passaram a ser avaliados, ampliando gradualmente as disciplinas e o nível de ensino. Com a ampliação do atendimento por esse mesmo plano⁸, o governo brasileiro é o maior consumidor de livros didáticos (CASSIANO, 2007).

3 Livros didáticos de história

Os livros didáticos de história estão entre os mais pesquisados pois, segundo os críticos, continuam a propagar conteúdos conservadores, carregados de estereótipos e cometendo erros

⁷ De acordo com a lei nº 4.024/1961, o sistema nacional de educação estava organizado em ensino pré-primário, primário e médio. O ensino médio é dividido em dois ciclos: ginásial e colegial. O colegial corresponde à etapa que antecede o acesso ao ensino superior.

⁸ Desta forma, considera-se de fundamental importância analisar o conteúdo dos livros didáticos de história e a repercussão da lei nº 10.639/2003 na produção dos mesmos por vários motivos, principalmente pelos recursos despendidos ao PNLD. Em 2010 o governo federal investiu R\$ 1.077.805.377,28 na compra, avaliação e distribuição dos livros didáticos do PNLD 2011, direcionados a toda a educação básica, tendo só o ensino fundamental, um investimento de R\$ 893.003.499,76. Ao todo, foram adquiridos 137.556.962 livros para atender a 29.445.304 alunos. Diante de cifras estratosféricas, é fundamental saber se os impactos e os resultados desse investimento. Disponível: <<http://www.fnede.gov.br/index.php/programas-livro-didatico>>. Acesso em: 04 set. 2011.

históricos e conceituais. Como afirma Bittencourt (2004), “Muito criticados, muitas vezes considerados os culpados pelas mazelas do ensino de História, os livros didáticos são invariavelmente um tema polêmico. Diversas pesquisas têm revelado que são um instrumento a serviço da ideologia e da perpetuação de um “ensino tradicional” (p. 300).

Os primeiros livros exemplares foram publicados no Brasil em meados do século XIX e inspiravam-se nos compêndios europeus, principalmente nos autores franceses, que difundiam uma visão eurocêntrica e cristã na qual o Brasil deveria se espelhar. Com o acesso à educação escolar formal restrita aos filhos das elites locais, o uso de edições francesas desses manuais era comum nessa classe social. O livro escrito pelo general José Inácio de Abreu e Lima, “O compendio de história no Brasil” (1843), foi um dos primeiros títulos. Lima participou das guerras de independência na América do Sul e era difusor de algumas polêmicas para época, tais como: emancipar o Estado da Igreja e a instituição do casamento civil. Seu livro foi utilizado durante anos no Imperial Colégio de Pedro II e diversos outros estabelecimentos de ensino.

A partir da segunda metade do século XIX, a história do Brasil tornou-se disciplina e conteúdo ministrado independente da história universal. Isso demandou livros específicos que também seriam utilizados pelos professores dos liceus e dos cursos preparatórios para o ensino superior. Os intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), dentre os quais muitos eram professores do Colégio Pedro II, foram os responsáveis por elaborar os compêndios. Joaquim Manuel de Macedo era um desses educadores e, com base nas suas aulas, escreveu o livro “Lições de história do Brasil” (1861), no qual esse autor romancista incentivava a memorização dos fatos, fazendo com que a obra fosse um sucesso, sendo reeditada por 64 anos seguidos.

Em 1900, João Ribeiro lançou “História do Brasil”, para o ensino primário e secundário. Ribeiro inovou na organização do conteúdo, ao apresentar, além da história nacional, novas unidades temáticas, como história local e comum (cotidiana). O autor também modernizou por valorizar as ilustrações, sendo suas obras reeditadas até ano de 1964.

Nos anos 80, como observa Munakata (1998), as lutas pelo retorno da história e geografia e o fim das disciplinas de Estudos Sociais, Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Educação Moral e Cívica, induziram transformações importantes. Como grande parte dos autores e editores tinham formação marxista e haviam participado dos movimentos reivindicatórios pela redemocratização do

país, aumentou a tendência de ensinar a história a partir do conceito de modo de produção e classes sociais.

Nesse sentido, a história social e cultural começou a substituir a história política, baseada no poder do Estado-nação, fazendo com que novos personagens ganhassem espaço: trabalhadores, escravos, população indígena, mulheres e etc.

Atualmente, os avanços das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) fizeram com que o conhecimento passasse por transformações cada vez mais velozes. Os manuais escolares para acompanhar essas mudanças passaram a ter atualizações periódicas. Outro fator que contribuiu para a periodicidade menor dos livros são os interesses mercadológicos, pois as editoras encontraram nesses livros a possibilidade de um comércio promissor devido à vasta demanda criada com a ampliação do ensino para toda a população (MELO, 2008).

4 Livros didáticos de história: antes e depois da Lei nº 10.639/2003

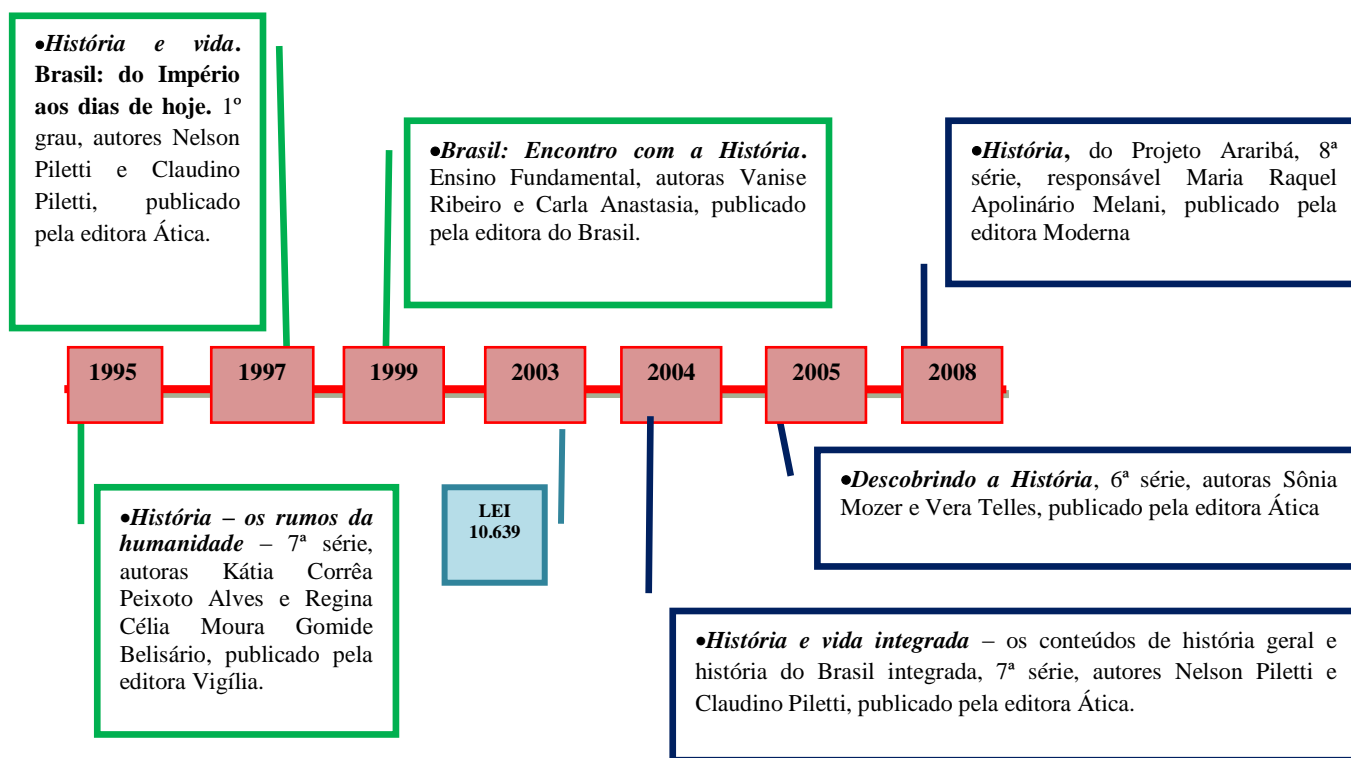
Sendo o objetivo deste trabalho analisar livros didáticos, apresentar algumas características de como é compendiada a história da cultura do negro escravizado no Brasil e contextualizar as discussões acerca da implementação do ensino de história e cultura afrodescendente no âmbito da educação básica escolar em acordo com a lei 10.639/2003, foram selecionados seis livros adotados e utilizados na etapa do ensino fundamental (do 5º ao 9º ano) para compor a amostra a ser avaliada.

Levando em consideração que o governo federal é o maior comprador de livros didáticos (CASSIANO, 2007), o Ministério da Educação formula o “Guia do Livro Didático”, que consiste em uma apresentação dos materiais aprovados pelo Ministério da Educação (ME). Esse instrumento orientador tem por objetivo orientar os professores na escolha do material que poderá ser utilizado durante o ano letivo. Assim, o Guia foi determinante para as escolhas dos livros aqui analisados, tendo em vista que existem dificuldades em adquirir informações sobre todos os materiais adotados em um universo bastante heterogêneo de escolas e redes de ensino (estaduais e municipais).

Outro fator importante para a escolha dos livros didáticos é o ano da publicação dos mesmos, uma vez que três deveriam ter publicação anterior à lei nº 10.639/2003 e três posterior à lei. Pela ampla gama de temas e pelo fato do conteúdo de história ser bastante diverso, delimitou-se a amostra a um

exemplar adotado nos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 8º ano). Dessa forma, os escolhidos para análise foram os seguintes:

Figura 2 – Livros selecionados para análise (amostra)



Fonte: Elaboração dos autores.

Assim sendo, objetiva-se realizar uma breve análise comparativa do ensino da História e da Cultura afrodescendentes nos livros didáticos utilizados antes e depois da lei 10.639/03 em aspectos quantitativos e qualitativos (Quadro 1). Em termos quantitativos será abordado o seguinte aspecto: número de capítulos e páginas dedicados à temática História e Cultura Afro-brasileira. No que tange à parte qualitativa, são descritas algumas breves observações em relação aos conteúdos produzidos e reproduzidos pelos mesmos.

Quadro 1 – Análise quali-quantitativa dos livros selecionados

LIVRO	AUTORES	Nº DE CAPÍTULOS	PÁGINAS	OBSERVAÇÕES
História os rumos da humanidade - 7ª série (1995) Ed. Vigília	Kátia Corrêa Peixoto Alves & Regina Célia de Moura Gomide Belisário	2	115 a 121	Este livro possui poucas imagens, gráficos e mapas. A organização dos capítulos segue ordem cronológica dos acontecimentos históricos, integrando a história do Brasil entre os períodos. O espaço cedido ao ensino sobre os negros escravizados no Brasil, bem como os assuntos relacionados a ele, restringe-se a dois capítulos nomeados pelas autoras de “As alterações das relações de trabalho no Brasil do século XIX” e “A sociedade e a cultura brasileira no século XIX”, capítulos estes que comportam não só o tema da escravidão, mas também as imigrações, tipo de sociedade, literatura e cultura referente a este período.
História e vida. Brasil: do Império aos dias de hoje 1º grau. (1997). Ed. Ática	Nelson Piletti & Claudino Piletti	1	43 a 46	Este livro faz parte de uma coleção que trabalha a História do Brasil e Geral para alunos da 5ª à 8ª série. É abundante em imagens e traz suplementos de texto, atividades com mapas e um atlas histórico do Brasil em cores. Ao finalizar cada capítulo, o mesmo oferece bibliografia para auxiliar os alunos nas leituras e pesquisas. O espaço cedido ao ensino dos negros escravizados se encontra presente no capítulo 4, referente ao fim do Império com o título “Novos grupos sociais colocam em xeque o Império”. Dentro deste capítulo existem cinco subdivisões destas, três se referem à escravidão: “E o tráfico negreiro chega ao fim”, “Finalmente, é abolida a escravidão no Brasil” e “E a situação do negro, como é que fica?”
Brasil: Encontro com a História, Ensino Fundamental (1999) Editora do Brasil	Carla Anastásia & Vânise Ribeiro	2	43 a 57 58 à 65	O presente livro é abundante em imagens, gráficos, mapas e documentos históricos. Cada capítulo é introduzido com um tipo de documento histórico e finalizado com textos complementares, indicação de filmes e/ou livros e um tema para debate. No final do livro há um glossário para melhor compreensão dos textos. O assunto referente aos afrodescendentes se encontra em dois capítulos, sendo o primeiro “Mudanças e permanências na sociedade brasileira”; e segundo “Abolição da escravidão”.
História e vida integrada - Os Conteúdos de História Geral e História do	Nelson Piletti & ClaudinoPiletti	2	150 a 153	O livro faz parte de um repositório de 4 volumes para alunos de 5ª à 8ª série. A obra analisada contém 22 capítulos, constituídos de: Abertura de capítulo (contém um pequeno texto e imagens), atualidades, mapas, gráficos e boxes. O livro,

Brasil Integrados, 7ª série, (2004). Ed. Ática			191 a 194	ainda, traz no final de cada capítulo o glossário e leituras complementares. O ensino sobre os afrodescendentes localiza-se no capítulo 20 – “Mudanças no Segundo Reinado brasileiro”, na subdivisão 4. “O movimento abolicionista” e 5. “A abolição da escravidão”. Há outro momento em que o livro aborda o ensino do negro, no capítulo 16 “D. Pedro II no poder”, subdivisão 3 – “A guerra do Paraguai”.
Descobrimo a História – Brasil Independente. 6ª série. (2005) Ed. Ática	Sônia Mozer & Vera Telles	1	128 a 136	A obra faz parte de uma coleção de 4 volumes para alunos de 5ª a 8ª série. O livro traz 28 “Unidades de Estudo”, sendo constituído cada um de: Abertura de unidade (espaço, tempo e fonte), boxes, mapas e imagens. No final são indicados filmes, livros e sites da internet e, também, um glossário. O ensino sobre os afrodescendentes se encontra disseminado em oito capítulos. O capítulo 11, “A libertação da escravidão”, trabalha a abolição da escravidão, sendo a parte que mais aborda o assunto aqui analisado.
História. 8ª série do Ensino Fundamental (2008) Ed. Moderna	Maria Raquel Apolinário Melani	1	44 a 47	O livro faz parte de uma coleção do Projeto Araribá, desenvolvido e produzido pela editora Moderna. A obra intercala história do Brasil e Geral, contém 8 unidades, divididas em subtemas. É colorido e atrativo, traz mapas, gráficos, boxes e análise de textos e imagens. A escravidão brasileira encontra-se na unidade 2, “A questão escravista no Brasil imperial”.

Fonte: Elaboração dos autores.

Ao analisar esses seis livros, é possível constatar que houve uma ênfase maior no trato da temática da história e cultura afrodescendente nos materiais produzidos pós-lei nº 10.639/2003 ao observar um aumento no número de páginas dedicadas à difusão do conteúdo em questão. Nos livros de Piletti & Piletti (2004) e Mozer & Telles (2005), é evidente essa ampliação em número de capítulos dedicados exclusivamente à temática, bem como a difusão da mesma nos demais conteúdos dos exemplares.

Em termos qualitativos - *a priori* e carecendo de uma análise mais profunda – é plausível considerar que tanto nos livros anteriores, quanto nos posteriores à lei, há uma grande ênfase em focar a abolição da escravidão como temática indutora acerca das contribuições e participação dos

afrodescendentes na construção da sociedade e da história do Brasil. É evidente que quando se aborda um período específico da história da nação como, por exemplo, o fim do período imperial, em termos historiográficos, tem-se a abolição da escravidão como um fato de destaque em 1888.

É importante salientar que foi enfatizado pelos autores, nos livros estudados, o protagonismo dos afrodescendentes no processo da abolição. Ou seja, é possível considerar que a leitura ofertada por esses compêndios aponta que a contribuição mais significativa do movimento negro é seu papel como agente (ativo ou passivo) na luta contra a escravidão. Dessa forma, há uma simplificação da atuação dos afrodescendentes em um momento da nossa história, ocultando outros aportes inexoráveis como, por exemplo, as religiões de matrizes africanas e suas influências na gastronomia, música, artes plásticas, etc., sendo estas tratadas de maneira bastante superficial, tanto antes, quanto depois da lei nº 10.639/2003.

Os elementos da nação cívica são complementares da nação étnica. Os mitos de criação e a elaboração da memória histórica constituem os rudimentos de legitimação, reafirmação do destino comum de uma nação. São componentes étnicos que respaldam a envergadura de um país se sobressair por sua singularidade. Construir uma identidade e memória coletiva, apoiando-se na continuidade cultural entre as nações indígenas e os afro-brasileiros, foi descartado como princípio. (MIR, 2004, p. 69)

A mensagem evidente dos conteúdos nos livros em questão é essa: os afrodescendentes foram libertos por força de sua mobilização (sobretudo nos quilombos), ou por uma organização e movimento político com objetivos econômicos, que atendiam aos interesses das elites que transitavam de um modelo de produção agrário para o industrial-urbano. Não há uma participação e contribuição dos negros na construção da memória e da identidade coletiva da nação considerada para além desse aspecto histórico. Desta maneira, seguem as seguintes provocações (a serem respondidas em discussões e pesquisas futuras): A maior contribuição dos afrodescendentes no Brasil – em termos de memória e identidade coletiva a ser compendiada nos livros didáticos – é o legado da resistência ou passividade perante a hierarquização socioétnica imposta pelo regime da escravidão? É a escravidão (sua organização, uso, resistências, aceitações, etc.) a única via pela qual se explica negro na sociedade brasileira?

5 Considerações finais

O objetivo da pesquisa foi realizar uma breve análise comparativa em seis livros didáticos do Ensino Fundamental, observando como é materializado o ensino sobre os afrodescendentes antes e depois da lei nº 10639/2003. É importante observar que não há a intenção de apontar o que esses livros didáticos de história deveriam (ou não) arrolar em seus conteúdos e quais resultados mais inteligíveis da aplicação dos preceitos presentes nos marcos regulatórios legais.

A análise realizada trouxe alguns elementos significativos: em termos quantitativos, os autores dedicam um espaço maior aos temas relacionados aos afrodescendentes e sua presença na nossa história nos materiais produzidos pós-lei; ainda é observado, tanto nos livros pré, quanto nos pós-lei um foco muito específico no tema “abolição da escravidão”, sem uma maior amplitude de contribuições e novas discussões.

Desta maneira, não resta dúvida, que a obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira colocada pela lei nº 10.639/2003 configura-se como um instrumento importante para o avanço no processo de construção de uma cultura antirracista dentro da educação escolar formal no Brasil.

É possível perceber os efeitos da lei já materializados nos livros didáticos de história. É de suma importância salientar que essas tímidas alterações observadas são um indicativo de que há sinergia social para propor e desenvolver relações étnicas, raciais, sociais e pedagógicas mais salutares e antirracistas. Mas ainda é fortíssima a cultura racista e excludente da sociedade brasileira, bem como seus reflexos em todos os espaços e tempos, inclusive nas escolas – tanto públicas, quanto privadas.

Afinal, ainda é bastante questionável e pauta de debates necessários e inadiáveis essas questões, senão vejamos: Quais são os valores presentes em nossos livros? Na nossa educação? E inculcidos na nossa cultura? Neste sentido, os livros didáticos ainda são tímidos para propor uma mudança visando à formação de uma consciência política e histórica da diversidade, fortemente pautada nas diversas contribuições da matriz africana na nossa memória e identidade coletiva. Essa pesquisa demonstra, no que diz respeito ao material didático, que o processo de implementação da lei nº 10.639/2003 está em construção.

TEXTBOOKS OF HISTORY IN THE CONTEXT OF LAW No. 10.639/2003: SOME CONTRIBUTIONS AND DISCUSSIONS FOR ANALYSIS OF EDUCATIONAL MATERIALS AND RESULTS AFTER LAW

Abstract: This paper discusses how the cultural history of blacks in Brazil is written from six textbooks of elementary school in order to make initial elements for future discussions on implementing the teaching of history and afro-descendant culture within the basic education school in accordance with law No. 10.639/2003. The textbook has been, since the mid-nineteenth century, one of the main instruments of labor of the teacher in the classroom and whose use becomes more effective from the mandatory of free distribution by the National Textbook Program of the federal government. Therefore, in this study, is presented and considered that textbooks adopted by teachers undergo regular reviews and updates. Thus, the aim of this study is to present a comparative analysis of the history and culture of afro-descendants in Brazilian textbooks before and after the law No 10.639/2003, describing how the subject is approached in elementary school, revealing the participation and contribution of the black race in the construction of memory and Brazilian identity. This study examines the books listed in the "Guide PNLD" and its contents are evaluated with focus on the review of literature dealing with the textbook as a cultural object.

Keywords: Afro-descendants. Textbook. Culture.

Referências

ALVES, Kátia Corrêa Peixoto; BELISÁRIO, Regina Célia de Moura Gomide. **História:** os rumos da humanidade. 7ª série. 2. ed. Belo Horizonte: Vigília, 1995.

ANASTASIA, Carla; RIBEIRO, Vânise. **Brasil: Encontro com a História.** Ensino Fundamental, São Paulo: Editora do Brasil, 1999.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico:** uma história do saber escolar. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1993. 369 f. Tese (Doutorado).

_____. O livro didático não é mais aquele. **Nossa História**, Ano 1, n. 2, dez. 2003, p. 52-54.

_____. Materiais didáticos: concepção e uso. In. _____. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2004, p. 291-324.

_____. **Livro didático e saber escolar (1810-1910).** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRASIL. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2010.

_____. Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacional: História**. Brasília MEC/ SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Especial de Política de promoção de Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro – brasileira**. Brasília: MEC/SEF, 2004.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 10 fev. 2009.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Regulamenta a lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática **História e Cultura Afro-Brasileira**, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 13 fev. 2009.

CARVALHO, Andréa Aparecida de Moraes Cândido de. **As imagens dos negros em livros didáticos de história**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado em educação).

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do livro didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985 – 2007)**. 2007. 234 f. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5304>. Acesso em: 10 maio 2009.

COSTA, Ângela Maria Soares da. **Prática Pedagógica: O Uso do Livro Didático no Ensino de História**. III Encontro Perspectivas do Ensino de História: Aos Quatro Ventos. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1999.

FREITAS, Neli Klix; RODRIGUES, Melissa Haag. **O livro didático ao longo do tempo: a forma do conteúdo**. DAPesquisa, Florianópolis, v. 1, n. 3, p. 1-8, ago. 2007/jul. 2008. Disponível em: <http://www.ceart.udesc.br/revista_dapesquisa/volume3/numero1/plasticas/melissa-neli.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2012.

JUNIOR, Cunha Henrique. **História e Cultura africana e afrodescendente: Pesquisa sobre Conceitos, Métodos e Conteúdos**. Disponível em: <<http://www.mulheresnegras.org/historia.html>>. Acesso em: 13 maio 2010.

MELANI, Maria Raquel Apolinário (Org). **Projeto Araribá História**. 8ª série do Ensino Fundamental. São Paulo: Moderna, 2008.

MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. A escravidão Africana no Período Colonial e no século XIX: A Abolição. In. _____. **Senhores da História e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de história na segunda metade do século XIX**. Belo Horizonte, MG. Argvmentvm, 2008. p. 201-209.

MIR, Luís. **Guerra Civil. Estado e Trauma**. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

MOZER, Sônia Maria; TELLES, Vera Lúcia. **Descobrimo a História: Brasil Independente**. 6ª série. São Paulo: Ática, 2005.

MUNAKATA, Kazumi. **História das disciplinas escolares e do livro didático**. Programa de pós-graduação em educação PUC-SP. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/pos/ehps/1/links-pesquisa/historia-disciplina-escolares>>. Acesso em: 10 out. 2010.

PILETTI, Nelson; PILETTI Claudino. **História e vida: Brasil - do Império aos dias de hoje**. São Paulo: Ática, 1997.

PILETTI, Nelson; PILETTI Claudino. **História e vida integrada: os conteúdos de História Geral e História do Brasil integrados**. 7ª série. São Paulo: Ática. 2004.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e. **A política do livro didático**. 2 ed. São Paulo; Campinas: Sammus, 1984.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas**. Tese (Doutorado em Sociologia). Brasília: Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília (UNB), 2007. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2695>. Acesso em: 10 maio 2013.

SOUZA, Elisabeth Fernandes de. Repercussões do discurso pedagógico sobre relações raciais nos PCNs. In: CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

WITZEL, Denise Gabriel. **Identidade e livro didático: movimentos identitários do professor de língua portuguesa**. Universidade Estadual de Maringá, 2002. Dissertação (Mestrado em linguística aplicada).